

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**A EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO DOS TRABALHADORES AGRÁRIOS DE NOVA RONDA
ALTA E O SEU SIGNIFICADO PARA O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA**

Nelson Rego

Boletim Gaúcho de Geografia, 15: 19-32, ago., 1987.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37969/24464>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1987

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO DOS TRABALHADORES AGRÁRIOS
DE NOVA RONDA ALTA E O SEU SIGNIFICADO PARA O
MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Nelson Rego^(*)

O exercício da autonomia pelos membros da Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta — município de Ronda Alta, situado na porção do Planalto Meridional do Brasil que ocupa o norte do Estado do Rio Grande do Sul — é, obviamente, limitado pelo reduzido alcance das alternativas que esses trabalhadores podem realizar na busca de condições que lhes favoreçam na produção e comercialização de suas mercadorias, cerceados que estão pelas regras do crédito governamental e pelo controle oligopolístico do mercado de produtos agrícolas. Ainda assim, a condição de trabalhadores que são coletivamente proprietários de seus meios de produção (terra, máquinas, ferramentas, animais de tração e insumos) e que, através de sua forte coesão social, deliberam no interior da esfera de alternativas que lhes são possíveis realizar, garante para essa comunidade um nível material de existência substancialmente superior ao da maioria dos trabalhadores pequenos proprietários de terras, que acabam por serem levados à proletarização, ou, mesmo conservando a propriedade de seus escassos meios de produção, a um estado de quase indigência, através de sua subordinação ao circuito agro-industrial.

Contudo, não será tomando-a isoladamente que essa experiência revelará seu significado para o desenvolvimento potencial

(*) Professor no Departamento de Geografia da UFRGS.

da contradição entre a busca da autonomia pelo trabalho e as relações capitalistas de produção, mas, sim, considerando seu envolvimento por um processo maior: pelo *Movimento dos Sem-Terra*, que, entre parte de seus agentes, encontra na experiência de Nova Ronda Alta elementos orientadores para propostas de organização sobre as terras que conquistam em sua luta pela Reforma Agrária. Através dessa via, a ampliação da experiência que se pretende autogestionária poderá redefinir a margem de ações possíveis para os trabalhadores agrários no desenvolvimento daquela contradição.

O exame tão somente preliminar dessa possibilidade constitui o objetivo deste artigo.

DA EXPLORAÇÃO À BUSCA PELA AUTONOMIA, DA MISÉRIA À RELATIVA ELEVAÇÃO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA

A Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta reúne 10 famílias, num total de 43 pessoas (10 casais e 23 crianças), que se assentam em 108ha de um relevo ondulado, com declividades em torno dos 15%, e coberto em sua quase totalidade pelas culturas anuais de verão e por um solo argiloso, profundo, de boa fertilidade, mas com problemas de compactação e acidez, somando-se a isso ocasionais estiagens entre os meses de novembro e janeiro.

Os dez casais e seus filhos, que ocupam essas terras desde dezembro de 1983, são remanescentes dos sem-terra que durante o ano de 1981 acamparam em Encruzilhada Natalino e posteriormente, até o início de 1983, em Ronda Alta, reivindicando terras no Rio Grande do Sul, seu estado de origem. Recusaram, dessa maneira, a proposta governamental de colonização da fronteira agrícola brasileira, onde, além do predomínio dos "grileiros" (pistoleiros) a serviço dos grandes capitais, os colonos são, via de regra, desassistidos jurídica, técnica e financeiramente pelo próprio Estado que os assentou em locais distantes dos mercados consumidores de sua produção e, ainda mais que em suas regiões de origem, dependentes da comercialização oligopolisticamente controlada; enfrentando, ainda os problemas de uma natureza tropical, ou mesmo equatorial, que lhes provoca moléstias (para citar apenas um exemplo: malária) e

exige técnicas agrícolas apropriadas que lhes são estranhas. Em sua resistência organizada, uma parcela dos acampados acabou por vencer a ostensiva coação policial e militar, conquistando terras gaúchas; entre esses, os dez casais que receberam os 108ha da Igreja (que os comprou de particulares), fundando neles a Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta.

A origem dos vinte adultos de Nova Ronda Alta não difere, em essência, da maioria dos atuais trabalhadores agrários destituídos de terras no Rio Grande do Sul: o esfacelamento da pequena produção. Enquanto produtores de policulturas alimentares para a sua subsistência e venda dos excedentes nos mercados locais, caracterizaram uma pequena produção mercantil orientada pelo ciclo "mercadoria-dinheiro-mercadoria", objetivando, assim, não a remuneração do capital empregado, mas a obtenção de uma renda para a realização de trocas e, desse modo, a aquisição de bens não produzidos em seus estabelecimentos e necessários à manutenção da unidade familiar e continuidade da atividade produtiva. Com a gradativa expansão do mercado capitalista unificador e tendencialmente monopolista, são absorvidos os mercados locais, elevados os preços das mercadorias e desestruturados os sistemas de trocas, tornando-se cada vez mais insuficiente a renda da produção familiar. Essa situação agrava as dificuldades de uma atividade ligada a incertezas do clima e da natureza e que, freqüentemente, dispõe apenas daquelas terras desprezadas por sua qualidade inferior e/ou relevo acidentado, além de desfavoravelmente localizadas em relação à drenagem, rede elétrica, vias de comunicação e outros fatores. À margem da agricultura industrial implantada no Brasil desde a década de 50 (sobretudo, após 64), e, portanto, à margem do crédito bancário governamental, o pequeno produtor passa a ver neste uma esperança de alternativa para a obtenção de recursos técnicos, elevação de seu nível material de vida e redução da fatigante jornada de trabalho. No entanto, o financiamento bancário só se torna disponível sob a condição da completa adequação do produtor ao modelo da agricultura industrial, o que o leva, tantas vezes, contrariando a sua última esperança, ao agravamento das condições materiais anteriores e, no extremo do processo, ao endividamento e à perda de suas terras.

Esse financiamento, ao exigir do produtor a sua vinculação a determinadas monoculturas (sendo, no Rio Grande do Sul, a partir da década de 70, a cultura da soja a maior contemplada pelo crédito bancário), torna a sua produção extremamente especializada e dependente de insumos industriais, desde adubos até pesticidas e, ao mesmo tempo, estabelece a dependência também em relação ao preço e condições de comercialização de um só produto. Pago o financiamento e seus juros bancários, a venda do produto fornece uma margem insignificante de lucro (quando não há prejuízo e, portanto, endividamento), que significa uma remuneração insuficiente para o trabalho do produtor e de sua família. É importante salientar que o pequeno produtor, se tivesse condições de estocar seu produto, poderia esperar melhores momentos na flutuação de preços para vender sua mercadoria, no entanto, como não possui silos e deve pagar pelo aluguel dos mesmos aos grandes proprietários ou às cooperativas (que são, na maioria das vezes, manipuladas burocraticamente por grupos com interesses à parte), acaba por vender sua produção a preço inferior, no início do período de vendas. Esse é um aspecto, entre outros, que demonstra o compromisso de objetivos do financiamento estatal com interesses alheios aos do pequeno produtor — que compõe a absoluta maioria dos aproximadamente 6 milhões de produtores agrícolas brasileiros — não possibilitando linhas de crédito para formas coletivas de estocagem e circulação dos produtos, mas atendo-se quase exclusivamente no subsídio aos custos da produção em si; na prática, se constituindo em financiamento apenas para a compra maciça de insumos industriais ofertados por algumas poucas empresas multinacionais, além de exigir a produção de mercadorias agrícolas cuja comercialização é extremamente controlada por cadeias de intermediários, que vão encontrar suas hierarquias mais altas nos detentores de grandes capitais, nacionais ou estrangeiros.

Os grandes proprietários, obviamente, possuem meios para enfrentar essas pressões, tanto por disporem de mais e melhores terras, como por terem acesso creditício para a aquisição de maquinarias e infraestruturas e terem, portanto, as possibilidades de diminuir, proporcionalmente à extensão das terras, seus custos de produção e esperarem os melhores momentos para a venda de suas sa-

fras. Possuem, ainda, outras alternativas — mais rentáveis que a produção agrícola — para a colocação dos vultuosos capitais que lhes são franqueados, supostamente para a prática da agricultura, o que é viabilizado pela possibilidade — sempre presente no próprio modo institucional de exercício do poder — de corrupção dos agentes financeiros.

Desse modo, as vantagens de uns e as pressões sofridas por outros constituem-se, por certo, em elementos que reforçam a concentração crescente da propriedade agrária no Brasil, o que equivale a uma ainda mais forte sujeição do trabalho. Assim, esse processo é um gerador acelerado de proletarização, quer expropriação do trabalhador agrário da terra, quer, mesmo com a conservação da pequena propriedade pelo produtor, inviabilizando-a economicamente para a permanência de seus filhos, que, então, são obrigados a vender sua força de trabalho nas cidades ou como volantes na agricultura.

Os dez casais de Nova Ronda Alta — adultos jovens e filhos de pequenos proprietários, oriundos, pois, dessa história de expropriação da terra e exploração do trabalho — organizaram-se de modo a garantir a permanência de sua conquista, àqueles 108ha, espaço de produção e de vida. Assim, ao invés de dividirem a terra em propriedades individuais e retornarem à situação de pequenos produtores limitados pela escassez de alternativas (como tem sido o caso de tantos outros assentamentos), reservaram para cada família o uso particular de apenas meio hectare, enquanto a quase inteira extensão da terra tornou-se propriedade coletiva, trabalhada coletivamente, otimizando, dessa maneira, o aproveitamento dos recursos e da força de trabalho. Ainda que permanecendo limitados pelas condições do crédito bancário e da comercialização, o trabalho coletivo e a sua coesão social lhes ampliam a margem de ações realizáveis, garantindo-lhes não apenas a permanência sobre a terra, mas também o gradativo progresso de sua situação material. Assim, em novembro de 1986, com apenas três anos de existência da comunidade, mesmo desassestidos pelos órgãos governamentais e enfrentando até sabotagens praticadas por elementos nem tão incógnitos, além de vicissitudes naturais, como a longa estiagem de dezembro de 84 e janeiro de 85, os seus membros começavam a construção de

casas de alvenaria (contrastando com os casebres tão comuns entre os pequenos produtores), desenvolviam um projeto de irrigação para toda a propriedade e outro para a criação e comercialização de animais consorciadas com o cultivo de milho, arroz, batata, feijão e outros vegetais. Outros caracteres demonstram o novo nível de vida alcançado: a adequação ecológica de suas práticas agrícolas (inclusive com a ausência de defensivos químicos), que lhes garante um patamar superior para a sua alimentação e qualidade biótica de seu ambiente, e o significativo acréscimo de tempo para o lazer e atividades não relacionadas com o trabalho. Comparada com a vida dos extratos médios de renda das populações urbanas, a existência dos agricultores de Nova Ronda Alta ainda parecerá pouco cômoda, mas a comparação mais procedente, certamente, deve ser feita com os pequenos proprietários e trabalhadores individuais da terra e, neste caso, a ainda recente experiência dessa comunidade comprova as suas vantagens.

O essencial na experiência de Nova Ronda Alta, fundamento para o seu progresso material, é, sem dúvida, a descoberta e o exercício, pelo coletivo dos trabalhadores, de sua capacidade de autonomia, de sua capacidade de fazer frente aos ditames que os tentam circunscrever na miséria. Esse é um processo contraditório de aprendizagem e crescimento, cujo desafio mais decisivo está em criar e desenvolver modos de organização e relações sociais que não reproduzam as diversas relações de dominação, presentes e aprendidas na sociedade de classes. Trata-se, portanto, de um processo que avança através da oposição e superação entre o que está dado, e é condicionante, e a tentativa do novo, entre o passado e o projeto de futuro, em conflito na construção do presente; entre o que é socialmente hegemônico e o que pode vir a ser revolucionário.

Veja-se, por exemplo, no Regulamento da Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta, elaborado pelos vinte adultos na ocasião de seu assentamento e ainda em vigor em novembro de 86, o primeiro item do terceiro artigo, referente à participação de seus membros nas reuniões e à maneira de tomar decisões:

Quem participa das reuniões: quando se tratar de assuntos da lavoura, participam o-

brigatoriamente, os homens, e as mulheres, se quiserem. Nos demais assuntos, de vem participar homens e mulheres.

Explicita-se, assim, a contradição entre o modo de relações sociais anteriores (com a sua consentânea formação de valores subjetivos) e aquilo que é posto como projeto, como ideal. Ao mesmo tempo em que procuram, e declaram em sua lei (de maneira direta ou indireta em vários artigos), uma igualdade de direitos, deveres e participação autogestionária para todos os homens e mulheres, ainda discriminam uma atividade (não, por acaso, a mais básica para a produção material de sua comunidade) como sendo mais pertinente ao envolvimento dos homens. O caráter optativo dado à participação da mulher nas decisões da lavoura revela, simultaneamente, o reconhecimento de seu direito e a constatação de sua pouca prática — de sua deseducação anterior — em deliberar publicamente, na esfera dos assuntos não domésticos, mesmo que nessa instância mais coletiva de atividade e relação social seu trabalho também seja frequente e necessário. É de se registrar, ainda, a ausência de qualquer especificação sobre algum provável caráter facultativo da participação masculina em decisões referentes a determinadas atividades, onde, ao contrário das mulheres que atuam na globalidade das tarefas, os homens têm ainda escassa presença.

O que importa, aqui, não é o julgamento sobre a validade de aspectos particulares da vida cotidiana em Nova Ronda Alta, mas a exemplificação, a evidência, de que aquele processo em seu desenvolvimento, passa por contradições, se conscientiza das contradições e procura os meios para a sua superação. Nesse movimento, que se coloca questões cada vez mais variadas e, portanto, se torna cada vez mais abrangente, a construção da liberdade e do progresso material encontra soluções que, embrionariamente, representam uma contraposição à ordem e às dominações estabelecidas pela sociedade capitalista.

Absolutamente fundamental para o desenvolvimento desse processo é a nova relação entre divisão do trabalho e apropriação de seus resultados. Na comunidade de Nova Ronda Alta, a divisão do trabalho não significa um meio para a dominação de alguns indivi-

duos sobre outros, mas, tão somente, o procedimento técnico para alcançar uma certa especialização e, através desta, uma maior eficiência produtiva. Assim, cada indivíduo especializa-se em alguns dentre os diversos setores de atividade — as lidas com as lavouras para comércio ou subsistência, a criação de animais, o manuseio do trator, o abastecimento de água, a conservação do solo, os cuidados com o reflorestamento, os serviços de carpintaria, os contatos externos com bancos, órgãos governamentais e agentes de comercialização, etc. — como uma maneira de otimizar o aproveitamento de habilidades e conhecimentos individuais para o progresso do grupo, sem que nenhum membro perca a compreensão do funcionamento conjunto de todas as atividades e, reconhecendo a necessidade e interconexão de todos os tipos de trabalho, valorizando igualmente todas as tarefas e igualitariamente repartindo, por trabalhador, os resultados da produção. A relação social que possibilita naquele pequeno universo a inversão do que ocorre na sociedade que o envolve — através da especialização do trabalho, inscrever-se na compreensão do todo e atuar sobre este, ao contrário de, através da especialização, alienar-se (ser alienado) do conjunto — é a prática da gestão coletiva sobre aquilo que é coletivo (ou seja, a não apropriação e direção individual do coletivo), em consonância com a propriedade comum (não aprisionamento) dos meios de produção; em última instância, a fusão dos momentos de decisões e execução, do saber com o trabalho.

No entanto, sempre é possível supor que essa especialização das atividades pode se transformar, no decorrer do tempo, em meio potencial para que o saber de alguns (por exemplo: o conhecimento e a experiência dos que lidam com os agentes financeiros e fazem os contatos da comercialização) passe a ser considerado preponderante em relação ao saber de outros e, por essa via, a gestão coletiva seja assimilada pela direção de um subgrupo.

Contudo, essa questão, assim como tantas outras, tem a garantia de sua discussão e deliberação no momento apropriado pelo fortalecimento daquela convergência autogestionária entre o saber e o fazer. Será preferível uma alternância dos trabalhadores na realização das diversas atividades, capacitando melhor cada um dos indivíduos para a compreensão do conjunto? Ou, por razões técnicas

orientadas para a melhor eficiência produtiva, será mais vantajoso reforçar especializações e acentuar preferências e habilidades individuais, acreditando que bastam as assembléias coletivas para que todos conheçam por inteiro a articulação do conjunto e deliberem com igualdade de condições? As respostas, evidentemente, não estão dadas *a priori*, mas serão forjadas na prática coletiva e, por certo, tanto mais significarão para o desenvolvimento da consciência e elevação das condições materiais de vida quanto mais próximas estiverem da plena realização da convergência autogestionária.

A EXPANSÃO DA EXPERIÊNCIA DE NOVA RONDA ALTA PARA O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Freqüentes são os grupos e representantes do *Movimento dos Sem-Terra*, vindos de diversos pontos do Brasil, que visitam Nova Ronda Alta para conhecer a sua experiência e buscar orientações para a sua prática em novos assentamentos. No entanto, é preciso considerar algumas questões relativas à viabilidade da expansão da experiência dessa comunidade para o *Movimento dos Sem-Terra*.

Uma dessas questões diz respeito a uma possível artificialidade da situação de Nova Ronda Alta, tanto pelo auxílio que encontram junto a algumas instituições, e até junto a órgãos governamentais, como pelo elevado grau de politização e, portanto, mobilização social de seus membros, o que os difere, pelo menos pode-se supor isso, de significativa porcentagem dos sem-terra.

Quanto ao auxílio que recebem, ou tenham recebido, é importante salientar que se trata, basicamente, de assessoria de pessoas e grupos religiosos, ligados à Comissão Pastoral da Terra, para a defesa legal de seus direitos, ou acompanhamento para a implantação de novas técnicas agrícolas, através de pessoas e entidades voltadas para a difusão de tecnologias alternativas e ecológicas. Nesse caso, ao contrário de uma artificialidade, a experiência de Nova Ronda Alta (que não pode ser pensada como a existência de um Robinson Crusoe coletivo) significa uma convergência e objetivação em atos de outros movimentos sociais, que vão se associando aos dos sem-terra; ora, outros assentamentos também não terão seu

progresso assegurado pelo isolamento, mas, ao inverso, pela sua capacidade de se articularem, política e objetivamente, com diversos agentes sociais transformadores e, nessa medida, forjarem a possibilidade de realizar um esforço mais poderoso de transformação. Ademais, é oportuno mencionar que, proporcionalmente a suas conquistas materiais, o auxílio que recebem os agricultores de Nova Ronda Alta não chega a constituir para eles o mesmo que, certamente, os diversos recursos governamentais, direta ou indiretamente, representam para os grandes proprietários; assim sendo, não há sentido em supor a artificialidade de uma situação sem supor a da outra, cabendo mais reconhecer o necessário subsídio que a sociedade como um todo, para o seu próprio bem, deve ceder à agricultura, e discutir o significado — a quem atende — das diversas formas pelas quais esse subsídio pode se substanciar. Quanto ao auxílio de órgãos governamentais, (não contando com o crédito bancário, que deve ser pago com juros altíssimos e, desse modo, não pode ser visto como um crédito verdadeiro) este é tão escasso e esporádico — e, mesmo assim, só obtido através de uma insistência sobremodo incisiva — que deve ser tomado como inexistente, e mesmo que um dia venha efetivamente ocorrer, por trás da aparência de doação paternalista, deverá ser entendido como uma maneira distorcida, e ocasional, de corrigir parcialmente a alocação concentrada dos recursos que o Estado recolhe da inteira sociedade.

Já a forte politização dos trabalhadores de Nova Ronda Alta é, simplesmente, a condição mais imprescindível para a viabilidade de sua experiência e, mais do que comparações de sua consciência com o atual momento de politização do conjunto dos trabalhadores agrários, cabe pensar na generalização e continuidade desse processo que, a partir das próprias condições do modo de produção, e através da organização da luta política, prepara a desalienação do trabalhador e dimensiona Nova Ronda Alta não com um enclave artificial, mas como um indicativo da direção para a qual se orienta o movimento dos trabalhadores.

Contudo, uma outra questão evidencia os limites econômicos ainda bastante estreitos na experiência de Nova Ronda Alta, e que sua reprodução ampliada para novos assentamentos não pode ser pensada apenas como uma expansão linear, apenas quantitativa. Ain-

da francamente descapitalizados e, assim, ainda dependentes do crédito bancário para o custeio de sua produção, e sujeitos aos seus juros exorbitantes, os agricultores de Nova Ronda Alta permanecem espremidos por esses custos de produção, por um lado, e, pelo outro, pelos preços a que são obrigados a vender suas safras, não possuindo nem silos nem meios de transporte para superar os bloqueios da estocagem e circulação das mercadorias. Desse modo, encontram-se num círculo vicioso — por falta de capital, não obtêm capital — que lhes restringe as alternativas de ação e os subjuga, ainda, à exploração de seu trabalho. A elevação de seu nível de vida se deve ao aproveitamento ótimo das possibilidades que encontram dentro dessa limitada faixa de opções, não havendo dúvida que, se de alguma maneira pudessem romper esses bloqueios, o alargamento de sua margem de ações redefiniria a relação de seu trabalho com o mercado capitalista e seu sistema bancário, o que lhes traria a aceleração de suas conquistas. Exemplo claro dessa situação é seu interesse em comprar um caminhão para transportar e vender alimentos diretamente aos consumidores das vilas populares: con seguiriam, eliminando as cadeias de intermediários, não apenas ven der seus produtos por um preço bem mais elevado (para eles, os pro dutores), como, esse mesmo preço, para o consumidor representaria uma importante redução do valor pago; a diferença obtida pelos agricultores lhes possibilitaria investimentos nos custos de produção, eliminando ou diminuindo a necessidade do crédito bancário e, assim, ampliando-lhes a margem de seus lucros e a margem de suas alternativas de ação. Passariam do círculo vicioso da restrição para a espiral da reprodução ampliada; no entanto, dinheiro para con seguir esse caminhão, mesmo usado e pequeno, não há. Poderiam pensar em reverter para dinheiro o material guardado para a construção das novas casas, mas, nesse caso, continuariam por quanto tempo a morar, com suas crianças, em armações improvisadas? Também não seria uma solução viável concentrar para a compra do caminhão todos os recursos destinados aos novos projetos agrícolas, pois esses recursos são muito mais recursos de trabalho do que recursos em dinheiro. Que outras soluções poderiam ser pensadas? Vender o trator? Todas as alternativas que podem ocorrer ao pensamento, quando não impossíveis, lembram o velho conto do cobertor que, para tapar a cabeça, destapa os pés. Seria cômico, se não fosse trági-

co; a natureza de seus dilemas demonstra a demasiada proximidade de seus limites de ação e, por conseqüência, que a busca de sua autonomia é ainda cerceada pela sua subordinação ao processo de extração do valor gerado pelo trabalho.

A expansão da experiência de Nova Ronda Alta para novos assentamentos pelo *Movimento dos Sem-Terra* não pode ser, portanto, a simples reprodução, para um número maior de casos, de sua situação (ressalvando-se, contudo, que nessa afirmação não há nenhuma pretensão em pronunciar um diagnóstico sobre a impossibilidade dos trabalhadores de Nova Ronda Alta virem a enfraquecer os limites econômicos de sua sujeição). Torna-se imperativo procurar os meios de, através do maior volume dos novos assentamentos, forjar alternativas para superar os bloqueios do crédito bancário e da comercialização, ou, em outras palavras, fazer significar a maior quantidade também uma alteração qualitativa no modo de organização dos novos assentados e nas suas relações com a agricultura capitalista.

Nesse sentido, o projeto de porção majoritária dos futuros assentados da Fazenda Annoni — município de Sarandi, vizinho de Ronda Alta — prevê um segundo nível de organização autogestionária, que compatibilizaria o respeito à determinação individual e ao nível básico de organização com as possibilidades abertas pela associação de dimensões mais avantajadas. Assim, em novembro de 1986 — após 14 anos de litígio na justiça e um ano de acampamento dos trabalhadores agrários nas terras da Annoni — sabia-se que quase 300 famílias ocuparão 6.500ha, dividindo-se segundo três opções: propriedades coletivas, por núcleos de 10 a 12 famílias (segundo o exemplo de Nova Ronda Alta); propriedades individuais mas com trabalho e uso de máquinas coletivas (ou outras formas de semicoletivização), por núcleos de 10 a 12 famílias; propriedades individuais. Cada um desses núcleos de organização coletiva ou semicoletiva, que deverão reunir aproximadamente 200 famílias, se articulará internamente à semelhança de Nova Ronda Alta (ou a partir da experiência de Nova Ronda Alta, numa diversidade de variantes), mas também haverá uma organização maior — uma associação de associações — que, tendo por base cada um dos núcleos e recolhendo uma fração de seus recursos, e sendo dirigida de maneira autogestionária

ria por sua base, terá por finalidade realizar investimentos para o bem comum dos núcleos, seja, por exemplo, a implantação de infraestruturas ou a aquisição de tratores e outras máquinas que facilitem o aumento da produção, ou a construção de silos e a compra de caminhões, avançando sobre a área da comercialização.

O projeto da Fazenda Annoni, que poderá ser também o projecto de outros assentamentos de dimensões avantajadas no Rio Grande do Sul e no Brasil, deverá se constituir numa ampliação, quantitativa e qualitativa da experiência de Nova Ronda Alta, alcançando, pela maior disponibilidade de recursos a serem otimizados, uma margem mais ampla para redefinir a relação de seu trabalho com a exploração capitalista. Certamente, esse processo não se realizará sem dificuldades, sendo fácil esperar que os primeiros anos se caracterizem por ajustes sociais e organizacionais, e pelos trabalhos e investimentos mais básicos e retornos mais lentos, mas é previsível também a acumulação desses mesmos trabalhos e investimentos (mesmo contando com as depreciações produzidas pelo tempo) gerando retornos crescentes e modificando, para mais, o valor de retorno em relação ao trabalho efetuado; base concreta para, através da organização autogestionária, serem alcançadas verdadeiras e generalizadas elevações das condições materiais de vida.

Não se pode perder de vista que essa luta econômica é também, e essencialmente, política. Não se pensará que uns poucos assentamentos coletivos e autogestionários, mesmo que reúnam alguns milhares de trabalhadores agrários, indicarão, por si só, a iminência do socialismo, mas parece inegável que o êxito dessas experiências constituirá poderoso argumento a favor da continuidade da luta pela Reforma Agrária e, ao mesmo tempo, uma reorientação para os projetos e tentativas de organização dos trabalhadores sobre a terra. E - como o eixo central e dinâmico desse processo é a fusão entre trabalho, direção e apropriação coletiva da terra, e a busca da autonomia em confronto com a sociedade do capital privado - não será precipitado afirmar que o desenvolvimento da experiência autogestionária do trabalho agrário será um dos tantos núcleos cuja convergência forjará, no interior da formação social-econômica capitalista, a emergência de relações socialistas de produção e de vida.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A pequena produção agrícola mercantil no Brasil*. Em Anais de 5ª Eng. Porto Alegre, ACB, 1982.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa, estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- WOESLER, Christine. *L'Autogestion existentielle*. in *Autogestions*, nº 2-3. Toulouse, Privar, 1986.